

A INFÂNCIA NEGRA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO SOBRE MARCOS HISTÓRICOS DE (IN)VISIBILIDADE

José Marcio de Oliveira Santana¹
Maria Edna da Silva Pereira²
Miky Wesley da Silva Santos³

RESUMO

Este artigo, tendo como cunho uma revisão bibliográfica, surgiu a partir de reflexões emergidas na disciplina de Infância e Contemporaneidade, ofertada no semestre complementar pensado no contexto de pandemia de Covid-19. A partir das discussões sobre infância, o presente artigo objetiva discutir os marcos históricos de (in)visibilidade da infância negra brasileira. Nesta perspectiva, ao discorrer da literatura, buscamos evidenciar a história do Brasil e as marcas deixadas por três séculos de escravidão, refletindo sobre a historiografia voltada às crianças negras nas terras brasileiras, desde o período escravista até os dias atuais. Desse modo, refletimos sobre o processo de resistência em árduo e longo caminho determinado a partir dos colonizadores. Para isso, tomamos como referência relatos e reflexões presentes nas obras de Priore (2010) e Jesus (2014), além de marcos históricos que proporcionam e configuram literaturas sobre a infância e seu processo de afirmações.

Palavras-chave: infâncias negras; marcos históricos; Brasil.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por três séculos de escravidão. O regime escravista foi motivo e objetivo de luta de muitas mulheres e homens negros, no entanto, realizado tardiamente no dia 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Neste sentido, é necessário refletir acerca da escravidão, no que diz respeito às crianças negras brasileiras. Ao que concerne o estudo das crianças negras, no período escravocrata brasileiro, são raras as referências a estes. Como destaca Burke (2004), as crianças não aparecem com muita frequência nos documentos em arquivos.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, j.marciomaisete@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, edna.pereira.2018@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, miky.wesley1@gmail.com.

Dessa forma, Priore (2010) evidencia que o sentimento pela infância nem sempre foi visível na história. Nessa perspectiva, como no meio social refletia-se apenas a visão do sujeito adulto e branco, não era permitido o lugar de fala e a presença física do sujeito negro, sendo, pois, marcado pelo olhar discriminatório e distanciado da sociedade. Essa ausência de estudos, portanto, acerca das vivências negras na história brasileira, proporciona a compreensão de que foi a visão do branco a responsável pela construção da identidade negra de forma negativa e marginalizada.

Portanto, no que concerne às reflexões neste estudo, nos propusemos não apenas a uma aproximação de caráter teórico, mas sobretudo, uma reflexão historiográfica voltada às crianças negras nas terras brasileiras. Refletir sobre a criança negra brasileira é, antes de tudo, um processo de resistência em um caminho longo e difícil, pois sua história é construída a partir dos colonizadores. Para além da historiografia de meninos e meninas negras, evidencia-se que a atual situação da população negra foi construída a partir de um regime de opressão culturalmente erguido nas ações sociais de promoção da ideia de inferiorização da vivência negra.

Dessa maneira, a partir de reflexões emergidas na disciplina de Infância e Contemporaneidade⁴, o presente estudo propõe discutir os marcos históricos de (in)visibilidade da infância negra brasileira, partindo de marcos e referenciais teóricos que abarquem questões da história das crianças negras no território brasileiro, a exemplo de Priore (2010), tendo como questão: como se apresentam os marcos históricos no que diz respeito ao processo de (in)visibilização da criança negra brasileira? Nesta perspectiva, no percurso do estudo que você agora lê, discutiremos a seção “Das caravelas portuguesas à Terra de Santa Cruz: um contexto de (in)visibilidade das infâncias”, analisando as infâncias daqueles que vinham ao Brasil como escravizados, a partir de leituras de livros como o organizado por Priore (2010) e referências outras que abordem a determinada temática.

Além desta, contemplaremos também a seção “Infâncias negras na atualidade: impactos socioculturais e histórias (in)visibilizadas”, na qual buscaremos analisar as infâncias presentes nas favelas brasileiras, tomando como base teórica dados estatísticos, artigos recentes e a obra de Jesus (2014), uma grande referência para a

⁴ Disciplina ministrada pela Profa. Me. Joane Nascimento, ofertada no semestre complementar 2020.3 da Universidade Federal de Pernambuco.

compreensão do cotidiano na favela brasileira, sendo uma obra originalmente escrita na década de 1950.

Portanto, como forma de dar suporte metodológico a este artigo, tomamos como base as reflexões e inspirações da pesquisa bibliográfica pautada por Gil (2002), entendendo que esta, a depender da “[...] natureza do problema, o nível de conhecimentos que o pesquisador dispõe sobre o assunto, o grau de precisão que se pretende conferir à pesquisa” (Ibidem, p. 59) pode desencadear futuros estudos de mesmo viés.

DAS CARAVELAS PORTUGUESAS À TERRA DE SANTA CRUZ: UM CONTEXTO DE (IN)VISIBILIDADE DAS INFÂNCIAS

A respeito de criança e infância, é importante compreender que são concepções construídas que se ressignificam ao longo do tempo. Para Heywood (2004, p. 12), [...] os termos ‘criança’ e ‘infância’ são compreendidos de formas distintas por sociedade diferentes”. Neste sentido, para compreendermos as noções ao que se refere à criança e infância, Ariés (1981) é considerado um pioneiro na história da infância. O autor destaca que a infância é uma construção histórica e social do ocidente e, assim, se faz necessário refletir que não existe desde sempre. Para com isso, é necessário atentar que as ideias de criança e infância são diferentes mediante os contextos socioculturais nas quais estão incluídas.

Neste sentido, compreendendo a concepção de infância a partir de diferentes culturas, é imprescindível entender o lugar no qual a criança está inserida, o que permite que sentidos e significados sejam formados. Dessa forma, com o olhar centrado na história do Brasil, marcada por séculos de escravidão, as infâncias desta época se entrelaçam nesse triste marco. No período escravista brasileiro, “acreditava-se que era a vontade de Deus que alguns nascessem nobres, outros, vilões, uns, ricos, outros, pobres, uns, livres, outros escravos” (COSTA, 2010, p. 13). Para além disso, “muitos chegavam a justificar a escravidão, argumentando que graças a ela os negros eram retirados da ignorância em que viviam e convertidos ao cristianismo” (Ibidem, 2010, p. 13).

Em relação aos registros históricos, as crianças negras brasileiras foram invisibilizadas, raramente evidenciadas. Segundo Priore (2010, p. 84), poucas palavras eram encontradas para definir as crianças no passado brasileiro. Algumas delas eram

estas: “meúdos”, realidade das crianças negras, e o silenciamento, sobretudo de sua existência, se fez ainda mais presente. As crianças não eram consideradas agentes da história, e a sua presença era “ingênuos” e “infantes”.

O tráfico de crianças escravas no período colonial brasileiro não teve a dimensão exorbitante verificada no comércio de escravizados adultos, embora nunca tenha deixado de estar presente. No entanto, as crianças traficadas do continente africano para o Brasil representavam um número ínfimo em comparação aos adultos. O maior interesse dos comerciantes de escravizados eram homens capazes de desenvolver o trabalho braçal. Segundo Góes e Florentino (2018, p. 177), “apenas 4% dos africanos desembarcados no Valongo⁵, naquela época, possuíam menos de 10 anos de idade”. Nesta perspectiva, poucas crianças teriam a chance de resistir às viagens nos navios negreiros, além de não ser um interesse frequente entre os fazendeiros.

O comércio de menores teria ocupado um peso diminuto nos volumes registrados durante os três séculos de importação de africanos às terras da América portuguesa. As razões seriam várias: elevado custo dos transportes que tornaria onerosa demais a importação de crianças e bebês dado seu baixo preço de venda; fraca demanda nos mercados brasileiros; e inclusive já foi cogitado ter existido uma certa preocupação de parte das comunidades africanas no sentido de evitar a exportação de crianças (GUTIÉRREZ, 1989, p. 2).

Desse modo, não se evidenciava um comércio direto das crianças negras e escravas, pois elas não eram fonte de interesse dos compradores, sendo estes, principalmente, donos de grandes fazendas. Segundo Góes e Florentino (2018, p. 179), “as crianças que as fazendas compravam não eram o principal objeto de investimento senhorial, mas sim as suas mães, que com eles se agregavam aos cafezais, plantações de cana-de-açúcar e demais”. Para além desta perspectiva, as mulheres negras nasceram para procriar e eram eficientes no cuidado e criação dos filhos.

A infância da criança negra escrava era marcada pela concepção de objeto para o trabalho, bem como a luta pela sobrevivência, tendo em vista que estas dispunham de péssimas condições de vida e trabalho, diante as realidades que marcavam o território brasileiro, como afirmam Góes e Florentino (2018, p. 180), “[...] os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a um terço dos cativos falecidos; dentre estes, dois terços morriam antes de completar um ano de idade, 80% até os cinco anos”. Assim, determinado fato evidencia a concepção de não-valorização das crianças negras

⁵ Região pouco povoada nos primeiros séculos de vida da cidade do Rio de Janeiro, adensando-se no século XVIII, quando passou a ser usada pelo mercado de pessoas escravizadas.

desde o início da construção histórica do denominado “Brasil”, refletindo assim, o viés do sujeito negro considerado unicamente como força braçal desprovida de inteligência.

Dentre as crianças negras no período de escravidão, destacavam-se os crioulos como escravizados peculiares, esses considerados mais qualificados e menos “burros” que os africanos. Koster (1978, p. 400) evidencia que “os negros crioulos e os mulatos aprendem mais depressa um ofício que um africano. Essa aptidão superior de aproveitar o que aprendem é, sem dúvida, devido ao conhecimento desde a infância com a linguagem e maneiras dos amos”. Portanto, diante dessa perspectiva, observa-se para além da categorização entre crianças negras e brancas, tinha-se também a partir de crianças negras e, assim, subalternizando os considerados inferiores.

Dessa maneira, a importância das crianças escravas variou de acordo com o tempo. Ainda assim, tanto as crianças escravas africanas, quanto as nascidas em território brasileiro, tinham ao decorrer de sua história marcas árduas de seu trabalho entrelaçadas à sua contribuição na construção do Brasil. Neste sentido, estas crianças laboravam de acordo com o seu sexo, logo, “as meninas aprendiam a ler, a fazer boneca, costurar, bordar [...], os meninos aprendiam a trabalhar de sapateiro, mecânico, alfaiate e entre outros” (MOTT; NEVES; VENÂNCIO, 1988, p. 21). Portanto, é evidente que as crianças escravas presentes na Terra de Santa Cruz trabalhavam duramente, e, assim, adentravam no universo dos adultos, deixando de viver suas infâncias.

Diante isso, desde a mais tenra idade, as crianças negras no Brasil escravocrata tinham um arduo trabalho, não apresentando perspectivas de ascensão social como apresentado por Fraga Filho (1996):

A sociedade escravista não oferecia grandes alternativas de ascensão para gerações mais novas de livres e libertos. Especialmente para os meninos negros, a escravidão continuava a impor-lhes papéis subservientes e servis. Nas tendas dos mestres de ofício, por exemplo, eram submetidos à rigorosa disciplina, a castigos corporais e a tarefas estafantes. Diante disso, as vadiagens e peraltices de rua apareciam com um misto de desdém, indiferença, protesto e resistência a um mundo adulto de horizontes limitados. Muitos desses menores estavam ligados a algum ofício, mas com frequência conseguiam impor o próprio ritmo de trabalho alternando as obrigações com as aventuras que a rua oferecia a cada momento (Idem, p. 112).

Assim, evidencia-se o quanto a escravidão impossibilitava o pensamento de ascensão social, assim como impunha uma árdua realidade de trabalho para tais crianças em uma sociedade escravista. Tendo em vista que, não somente era um trabalho penoso, mas estas crianças também estavam sujeitas às condições diversas de castigos e

punições. No entanto, as vadições e peraltices de meninos e meninas se colocam como um refúgio e movimentos de resistência à escravidão e às obrigações que o mundo do trabalho impunha.

Nessa perspectiva, as palavras criança, menino e menina somente foram notadas e reconhecidas, especialmente, no começo do século XIX. Dentre os avanços ao que se refere aos direitos das crianças negras, contempla-se a Lei do Ventre Livre, a qual possibilitava uma série de falsas regras, sobretudo a uma mudança de condições de vida aos escravizados, pois, “ninguém nasceria mais escravo”. No entanto, além da infida lei, temos também a “abolição” da escravatura através da Lei Áurea de 1888. Diante determinado fato histórico, a criança negra continuou representando o papel histórico da escravidão e da sociedade escravista. Portanto, as crianças negras, diante de determinadas leis históricas, continuaram submetidas a exploração do trabalho infantil, ao controle e ao domínio autoritário de uma sociedade e classe escravocrata.

INFÂNCIAS NEGRAS NA ATUALIDADE: IMPACTOS SOCIOCULTURAIS E HISTÓRIAS (IN)VISIBILIZADAS

O Brasil, ao decorrer de sua história, tem construído progressos significativos no que se refere à melhoria da vida de suas crianças. Nesta perspectiva, reduziram-se os índices de mortalidade infantil e questões socioeconômicas. Contudo, há processos de (in)visibilidades das crianças que vivem no país, especialmente as meninas e meninos negros. Dentre uma perspectiva de direitos humanos, essas crianças e adolescentes ainda vivem em contextos de desigualdades, dentre as particularidades de avanços na historicidade brasileira.

Dessa forma, partindo de uma perspectiva de (in)visibilidades na história da criança negra, mesmo sobre um monte de “liberdades” pós-assinatura da Lei Áurea em 1888 como parte fundamental dos avanços para o fim de uma sociedade escravista. No entanto, intrinsecamente às transformações políticas, econômicas e sociais, a abolição não alterou a relação de contexto entre “escravizado” e “senhor”, e, nesse contexto, as crianças foram e sempre serão sujeitos históricos. Percebemos, de todo modo, que nos dias atuais, refletimos sobre a marginalização das pessoas negras, o que confere a precariedade, instabilidade e desigualdades permeadas ao decorrer de toda a história do Brasil.

Nesta perspectiva, é oportuno refletir sobre o lugar das crianças negras no início da história brasileira e seus traços e marcas na contemporaneidade. Dentre as raízes históricas, as senzalas fizeram parte da vida dos meninos e meninas negras, sendo representadas como lugar que apresentavam a mínima salubridade necessária para a sobrevivência da mão de obra, mas desgastante o suficiente para que facilitasse o poder dos feitores. Atualmente, pois, é oportuno destacar as “sementes das senzalas”.

De acordo com Cardoso (2008), as diferentes habitações populares na história brasileira se expressam das mais variadas formas, como cortiços, estalagens ou casas de cômodos. Essas moradias, que abrigavam grande número de habitantes, foram associadas à insalubridade e propagação de epidemias, como febre amarela e cólera, à promiscuidade e à violência. No entanto, dentre essas sementes dos séculos anteriores na atualidade, destacam-se as favelas como um dos locais de moradia de variadas pessoas, dentre elas, as crianças negras.

Atualmente, as favelas são fragmentos pós-escravidão. Os negros foram excluídos e expulsos da sociedade principalmente pela ausência de políticas públicas efetivas que permitissem a verdadeira inserção dessas pessoas no convívio social. Dessa forma, é necessário refletir: como vivem as crianças negras no Brasil? Segundo UNICEF (2010), em *O Impacto do Racismo na Infância*, vivem 31 milhões de meninos e meninas negras no Brasil. No entanto, 26 milhões de crianças e adolescentes brasileiros vivem em famílias pobres, o que representa 45,6% do total de crianças e adolescentes e país, sendo 17 milhões de negros. Entre as crianças brancas, a pobreza atinge 32,9%, enquanto das crianças negras, 56% é atingido. A iniquidade racial na pobreza entre crianças continua mantendo-se nos mesmos patamares: uma criança negra tem 70% mais risco de ser pobre do que uma criança branca.

Desse modo, apontamos a existência do racismo estrutural como grande razão de as pessoas negras serem, até o dia de hoje, marginalizadas na conjuntura societária na qual estamos inseridos, sendo esta uma constituição de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais que privilegiam um certo grupo social em detrimento de lesionar um outro. É nessa concepção de racismo estrutural que compreendemos o processo de favelização, assim como ressalta Campos (2013), concebendo-o como uma transmutação dos quilombos, representando, no século XX, o mesmo que os quilombos representavam no Brasil escravocrata.

São nas favelas, quilombos do século XX, que pudemos perceber, na sua maior pureza, quão cretina é a desigualdade social que foi construída ao decorrer dos séculos. Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, obra de Jesus (2014), uma mãe solteira e moradora da primeira grande favela de São Paulo conta-nos a amarga realidade dos moradores da favela na década de 1950. Em uma de suas anotações, fica nítido aos olhos dos leitores o contraste que existe entre a vida de quem mora na cidade, como a mesma expressa, e quem vive na favela:

[...] Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha. (JESUS, 2014, p. 36)

Neste trecho, além de ficar explícita a desigualdade social, ainda podemos notar o desejo que a autora tem de ascender socialmente, embora esse é um caminho extremamente arduo para quem mora na favela, pois antes de pensar na sua ascensão, tem de pensar, primeiro, na sua sobrevivência, tem de pensar em conseguir comprar comida. Posteriormente, Jesus (2014, p. 38) expressa: “Os meninos comem muito pão. Eles gostam de pão mole. Mas quando não tem eles comem pão duro. Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado”.

Ao decorrer de todo o texto, Jesus (2014) expressa quão dura é a sua realidade, assim como a dos seus filhos, fala sobre a fome que passam, sobre o que tem que fazer para trazer algo à mesa, sobre o ambiente em que vivem, onde pessoas cometem suicídio por encontrar dificuldade de viver e dizem que esta pessoa “não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo” (Ibidem, p. 59), porém, apesar de todas essas dificuldades, a autora sempre escreve sobre quando prepara seus filhos para ir à escola, o que representa uma esperança que é depositada na educação por parte dela como forma de ascender socialmente.

Numa pesquisa sobre as novas configurações das redes criminosas após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, desenvolvida pelo Observatório de Favelas e coordenada por Willadino; Nascimento; Souza e Silva (2018), são observadas 261 pessoas que moram em favelas numa faixa

etária de 13-30+ anos que estão inseridas na rede do tráfico de drogas no varejo, sendo que 72% desse quantitativo desses sujeitos são autodeclarados negros e pardos e, ainda, 78,2% não frequenta a escola.

Cruzando esses dados, pois, podemos notar que a evasão escolar está diretamente ligada à inserção no tráfico, porém ainda fica o questionamento do porquê abandonar a escola. 40,4% dos sujeitos afirmavam razões econômicas para tal fato, enquanto 14,8% afirmavam não gostavam de estudar e 7,5% não gostavam da escola, o que demonstra que a escola representa um contexto não-atrativo para esses indivíduos.

A razão para entrar no tráfico, entretanto, é quase sempre de cunho monetário, variando entre ajudar a família, ganhar muito dinheiro, dificuldade em conseguir qualquer outro emprego, entre muitas outras razões de outros cunhos, como dificuldade de estudar ou até mesmo violência familiar. Sobre isso, Djonga (2018), na sua música *Corra* expressa:

Eu vi *os menor* pegando em arma, pois '*cês* foram silenciadores
Eu vi meu pai chorando o desemprego, desespero
Pra que isso, mano? (DJONGA, 2018)

Aqui, Djonga (2018) fala sobre como a desigualdade social pode vir a fazer com que os sujeitos menos favorecidos recorram a meios ilícitos para que consigam sobreviver na árdua realidade das favelas tão bem retratada por Jesus (2014), sendo uma situação agravada quando aqueles que têm de dar assistência, a negam. Segundo Willadino; Nascimento; Souza e Silva (2018), entretanto, os sujeitos que recorrem ao tráfico são conscientes dos riscos que estão correndo, sendo por eles mesmos citados o risco de morte, de ser preso e a extorsão dos policiais.

O que vale mais, um jovem negro ou uma grama de pó?
Por enquanto ninguém responde e morre uma *pá*
[...]
São aviõezinhos⁶, mas *tão* a caminho do World Trade Center (DJONGA, 2019).

Nessa música, Djonga (2019) fala sobre a letalidade que acompanha o tráfico nas favelas, fazendo uma alusão aos ataques de 11 de setembro de 2001, como se aqueles que adentrassem no tráfico estivessem cometendo suicídio. Além disso, questiona a guerra às drogas, levantando o questionamento se seria melhor investir dinheiro no combate direto ao tráfico, ou investir em medidas que façam que os jovens não enxerguem no tráfico uma esperança de ter uma vida melhor.

⁶ Pessoa que leva o ilícito para o comprador e volta com o dinheiro para o traficante dono deste.

Nesta perspectiva, é necessário refletir que os processos de (in)visibilidades das infâncias negras brasileiras na contemporaneidade refletem os mais de trezentos anos de regime escravista em nossa sociedade, o que incide no processo de marginalização de meninas e meninos negros, precariedade, instabilidade e desigualdades sociais que transcorrem a história do Brasil. Assim, raízes históricas de um passado sombrio refletem em infância e na sobrevivência de descendentes do regime escravista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das infâncias brasileiras evidencia um amplo contexto de invisibilidade. As crianças capturadas primordialmente no continente africano refletem a realidade de meninos e meninas negras esquecidas em um processo histórico que julga e julga as pessoas em virtude da cor de sua pele. Neste sentido, os efeitos de mais de trezentos anos de escravidão trazem nítidas consequências à população negra, sendo percebidas principalmente na história de crianças periféricas a partir de indicadores sociais. Assim, mesmo com os avanços históricos, a violência sofrida na senzala incide na violência do contexto atual presente no território brasileiro.

Para a UNICEF, a face mais trágica das violações de direitos que afetam meninos e meninas no Brasil são os homicídios de adolescentes: a cada dia, 31 crianças e adolescentes são assassinadas no país, segundo a estimativa da UNICEF baseada em dados do Datasus (2016), quase todos meninos, negros, moradores de favelas (SANTANA *et al.*, 2020, p. 9).

Portanto, refletimos que é preciso dar visibilidade ao que foi a realidade da vida das crianças escravizadas e suas consequências peculiares às crianças negras na contemporaneidade. Pois, se a infância é uma construção social da época, os efeitos sociais permeados durante o regime escravista devem ser combatidos pela sociedade atual, contribuindo para com uma transformação de uma sociedade que julga meninos e meninas pela cor da pele.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1981.
- BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem**. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2004.

CAMPOS, A. **Quilombos, favelas e os modelos de ocupação dos subúrbios:** algumas reflexões sobre a expansão urbana sob a ótica dos grupos segregados. 2013. Disponível em: <nucleopiratininga.org.br/quilombos-favelas-e-os-modelos-de-ocupacao-dos-suburbios-algumas-reflexoes-sobre-a-expansao-urbanas-sob-a-otica-dos-grupos-segregados/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CARDOSO, A. L. **Contextualização/caracterização.** In: BRASIL. **Política habitacional e integração urbana de assentamentos precários:** parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Ministério das Cidades. 2008. p. 13-45.

Disponível em:

<edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5297407/mod_folder/content/0/BRASIL.%20Minist%C3%A9rio%20das%20Cidades.%20Pol%C3%ADtica%20Habitacional%20e%20a%20integra%C3%A7%C3%A3o%20urbana%20de%20assentamentos%20prec%C3%A1rios.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 23 out. 2020.

COSTA, E. V. **A abolição.** 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

DJONGA. **Bené.** Belo Horizonte: Ceia Ent., 2019. Disponível em: <youtu.be/jdZqfAYBseE>. Acesso em: 03 nov. 2020.

DJONGA. **Corra.** Belo Horizonte: Ceia Ent., 2018. Disponível em: <youtu.be/Uv2BEzQDu-8>. Acesso em: 03 nov. 2020.

FRAGA FILHO, W. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo; Atlas, 2002.

GÓES, J. R.; FLORENTINO, M. **Crianças escravas, crianças dos escravos.** In: PRIORE, M. D. (org.). **Histórias das Crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 164-179.

GUTIÉRREZ, H. **O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII.** R. História, São Paulo, 120, p. 59-72. jan/jul. 1989.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância:** da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco. 1978.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOTT, M. L. B.; NEVES, M. F.; VENÂNCIO, R. P. **A escravidão e a criança negra.** Ciência Hoje – Revista do CNPq. Brasília, v. 8 n. 48, suplemento, 1988. p. 57-68.

PRIORE, M. D. **O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império.**
In: PRIORE, M. D. (org.). **Histórias das Crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo:
Contexto, 2010. p. 79-98.

SANTANA, J. M. O. *et al.* **A visibilidade da infância:** passeando pela historicidade de
lutas e afirmações do contexto brasileiro. *In:* Anais VII CONEDU – Edição Online.
Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em:
<editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67887>. Acesso em: 03 nov. 2020.

UNICEF. **O impacto do racismo na infância.** Brasília: 2010. Disponível em:
<www.unicef.org/brazil/media/1731/file/O_impacto_do_racismo_na_infancia.pdf>.
Acesso em: 23 out. 2020.

WILLADINO, R.; NASCIMENTO, R. C.; SOUZA E SILVA, J. **Novas configurações
das redes criminosas após a implantação das UPPs.** Rio de Janeiro: Observatório de
Favelas, 2018. Disponível em: <[of.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-
BOOK_Novas-Configuracao-das-Redes-Criminosas-apos-implantacao-das-UPPs.pdf](http://of.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-BOOK_Novas-Configuracao-das-Redes-Criminosas-apos-implantacao-das-UPPs.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2020.